

Deflação não se repetirá

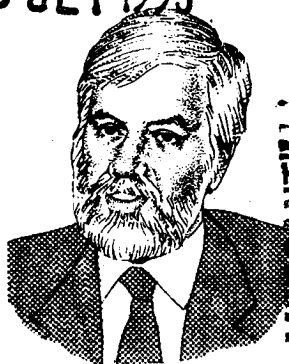
26 SET 1995

por Vera Saavedra Durão
do Rio

A deflação do IGP-M, prevista para setembro, não deverá se repetir nos próximos meses, avaliou ontem o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Edmar Bacha. Seu cenário para a economia é de inflação baixa – em torno de zero, em outubro – e crescimento de 5,7%, no fechamento do ano. Bacha falou ontem sobre o futuro do Real a uma plateia de professores da Escola de Governo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O economista manifestou-se contrário a aumentos de tarifas públicas – sem saber que o governo anunciaria, no final do dia, correção dos preços dos combustíveis. Mas afirmou não acreditar que esses reajustes resultariam em aumento da indexação. “O governo reajustou tarifas e desvalorizou o real, neste ano, em 14% e nem por isso impediu que a inflação caísse de 2 para 1%. Agora é possível reajustar os preços relativos, desde que a economia trabalhe com demanda reduzida”, avisou.

A seu ver, a questão fundamental do Real continua sendo a de manter a estabilidade. “Devemos aproveitar a oportunidade que nos oferece esta inflação negativa de setembro para partirmos para uma trajetória de inflação compatível com a dos nossos parceiros comerciais”, declarou.



Edmar Bacha

Sua expectativa é de que, consolidada a estabilização de preços, as taxas de juro terão queda forte rumo aos níveis internacionais e a economia poderá crescer mais. Bacha está convencido de que não há recessão e a economia está crescendo em relação ao ano passado, não na casa dos 10%, mas a níveis compatíveis com a estabilização. Em relação ao desemprego, argumentou que o que ocorre agora é um movimento de terciarização nas fábricas, devido à abertura da economia. “Os dados da Fundação Seade e do IBGE informam que o emprego está aumentando em relação ao ano passado”, insistiu, ao ser indagado sobre a dispensa de 1.600 empregados da Mercedes-Benz, ontem, no ABC paulista.

Bacha garantiu ainda que “a alta dos juros é transitória”. Explicou que o esse foi o preço pago pelo Real para manter um alto volume de reservas. Em três ocasiões, relatou,

a inflação pareceu fugir do controle oficial. Isso aconteceu no final do ano passado, em março e em junho último, gerando movimentos especulativos de fuga de capitais. “O governo hoje está tranquilo e tem munição suficiente para enfrentar esses ataques”, garantiu o presidente do BNDES.

Bacha reconheceu, porém, o efeito atual dos juros sobre a dívida interna, cujo custo do carregamento já é de 3% do PIB, ou R\$ 15 bilhões – valor que considera “alto, mas não impagável”. Ele atribuiu a elevação recente da dívida interna ao crescimento das reservas e disse que a dívida líquida do governo não aumentou, na medida em que seu crescimento não ocorreu por déficit público. “Temos um superávit primário de 3% que cobrirá o carregamento da dívida” disse.

Sobre os custos sociais do Real, sua tese é de que primeiro é preciso acabar com o “apartheid monetário”, que havia antes do Real, com o ganho inflacionário, para depois pôr fim ao “apartheid social”. Para Bacha, os trabalhadores de baixa renda não foram afetados pelo fim do “float” da inflação, mas a classe média, que tinha poupança, sim. “Só uma economia perversa dividia o País pela moeda”, frisou. Ele acredita que hoje, com a estabilização, o governo verá com mais clareza o drama social do País.

GAZETA MERCANTIL